

GERAÇÕES, GÊNERO E MUDANÇA RÁPIDA DIRIGIDA NO CAMPO: LIÇÕES DE ITAPARICA

R. Parry Scott¹

Nara Salles²

Francisca Maria Neta²

Mônica Vasconcelos³

RESUMO - Este trabalho é sobre a população reassentada em 1987 devido à construção da barragem de Itaparica, no Rio São Francisco, entre os Estados da Bahia e de Pernambuco. Usando observação direta e dados demográficos, concentra a atenção sobre uma agrovila na Borda do Lago em Pernambuco, enfocando as questões de geração e de gênero. Mostra como a intervenção do Estado, via o cadastramento e traslado da população feita pela Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), tratou as famílias como estáticas, resultando numa dificuldade de acesso a lotes irrigáveis para as famílias mais novas, e para as mulheres. Mostra como as famílias, sujeitas a uma longa espera para a entrega de seus lotes, foram se adaptando, lançando mão de redes de parentesco para formar estratégias que mantêm as famílias novas nas agrovilas, interligando as gerações mais velhas e as mais novas. Também mostra como as mulheres, sem nenhum tratamento privilegiado no reassentamento, trabalham para abrir novos espaços sociais, no novo contexto sócio-político da agrovila.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Geração, Reassentamento, Barragens, Campesinato, Família.

ABSTRACT - This paper deals with the population of the São Francisco River between the states of Bahia and Pernambuco, resettled in 1987 because of the construction of the Itaparica dam. Using direct observation and demographic data, attention is drawn to a lakeside agrovila in Pernambuco with a focus on

¹ Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Professor.

² CNPq. Bolsistas de Aperfeiçoamento em atividade de pesquisa. Universidade Federal de Pernambuco

³ CNPq. Bolsista de Iniciação Científica, no Mestrado em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco.

questions of gender and of generation. It shows how State intervention, by way of the registration and removal of the population done by the São Francisco Hydro-electric Company (CHESF), dealt with the families as static, making acces to irrigable lots difficult for young families and for women. It shows how families, subject to a long wait to receive their lots, adapted themselves to the situation using kinship networks to form strategies that take advantage of the ties between generations to keep the younger families in the agrovila. It also shows how women, who received no priveleged treatment in the resettlement, work to open new social spaces in the new social and political context of the agrovila.

KEY WORDS: Gender, Generation, Resettlement, Dams, Peasantry, Family.

Mais de trinta mil agricultores foram reassentados por causa da construção da barragem de Itaparica, inaugurada em 1988 no sub-médio Rio São Francisco, entre os estados de Pernambuco e Bahia. Este trabalho enfoca como as questões de geração e de gênero têm sido tratadas no novo ambiente de agrovilas irrigadas. Primeiro, para lidar com a questão de geração, enfatiza diferenças nas famílias que participam nas agrovilas de acordo com a idade dos seus chefes. Segundo, enfoca as modificações nas atividades femininas dentro deste quadro. Assim, descrevem-se processos de construção de espaços diferenciados nos contextos político-econômicos do novo ambiente pós-barragem, privilegiando gênero e geração.

GERAÇÃO, GÊNERO E O CADASTRO DAS FAMÍLIAS

O cadastramento de mais de 5.500 famílias a serem reassentadas foi realizado no meio dos anos oitenta pela CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco), responsável pela implementação do programa. Foi feito com todos os agricultores que moravam na área a ser inundada, independente das suas condições de acesso à terra. O cadastro identificou uma população predominantemente de meeiros (42,3%) e de pequenos proprietários e posseiros (40,1%) e alguns diaristas (8,1%), havendo uma camada pequena de arrendatários (com muita diversidade interna), fazendeiros e pequenos empresários rurais (principalmente de um projeto de irrigação em Petrolândia) (FUNDAJ/CHESF 1988). No processo do reassentamento, de um lado, os fazendeiros, arrendatários mais abastados e granjeiros optaram por receber indenizações e/ou participar em projetos

diferenciados, e de outro lado, a grande maioria dos meeiros, posseiros e pequenos proprietários foram reassentados com direito a lotes irrigados nas agrovilas novas. Para reassentar estas famílias, a CHESF tomou como variável importante o cálculo da “mão-de-obra disponível” para cada grupo doméstico na hora da entrevista cadastral, reificando uma visão bastante estática da composição do grupo.⁴ No fim dos anos oitenta, em plena remoção da população, um dos elementos que gerou mais dificuldade na negociação com os atingidos foi exatamente o que fazer com as modificações na composição dos grupos domésticos. Estas modificações foram percebidas de maneiras muito diferentes pelos administradores do reassentamento, por um lado, e pela própria população, por outro. Uma das questões que também sempre aparecia era: nestes grupos domésticos, quais seriam os agricultores mais preparados para adotar novos conhecimentos e se responsabilizarem pelo sucesso dos projetos?

O resultado do cadastro foi visto pela equipe administradora como, fundamentalmente, um mapeamento definitivo para determinar a exclusão/inclusão em compensações e benefícios advindos do status de reassentável em agrovilas e para dimensioná-los. Estes benefícios incluíram indenizações monetárias, bem como o acesso a uma casa e a um lote irrigado de tamanho apropriado para a família (segundo os cálculos da CHESF) e à verba de manutenção temporária (em torno de dois salários e meio por família) até a autogestão. Esta percepção se relaciona estreitamente à noção de um projeto de desenvolvimento cujos componentes são bastante fixos e contabilizáveis. Uma vez cadastrada a família, não havia mais espaço para modificação. Muitos dos administradores, desconfiados sobre a boa fé da população, interpretavam as ações de modificação das famílias como,

⁴ Segundo a literatura antropológica, o grupo doméstico refere-se principalmente a grupos residenciais de cooperação e convivência cotidiana, e está permeado por um discurso que se refere à família como um termo ideologicamente mais maleável e escorregadio, usado ora para referir aos laços de consanguinidade e afinidade, ora ao sentimento de união entre pessoas que freqüentemente são, mas que não precisam ser, do mesmo grupo doméstico, ver (Wilk & Netting 1984; Woortmann 1984; Fortes 1958; Goody 1976). O cadastro uniu as duas noções, permitindo que “filhos casados” morando sob o mesmo teto pudessem ser consideradas como “famílias independentes” na hora de ganhar um lote, enquanto os solteiros não. As idéias de Woortmann (1984) e de Bourdieu (1993) ressaltam o caráter ideológico do termo “família”, que Bourdieu chama de “uma categoria realizada” em que se cristalizam, e às vezes se escondem, diversas tensões sociais. Estas idéias são fundamentais para informar o uso do termo feito nesse trabalho.

acima de tudo, “esperteza” de quem queria tirar proveito do reassentamento. E, de fato, houve famílias que apressaram casamentos, construíram barracos e chamaram de volta filhos que estavam viajando, para poderem participar de uma forma mais plena na distribuição de compensações e benefícios, como costumam fazer as famílias camponesas (Garcia 1983; Woortmann 1985; Woortmann 1990; Shanin 1976).

Estas mesmas modificações também fazem parte do contínuo fluxo de participação em grupos domésticos, decorrente dos seus próprios ciclos de desenvolvimento, e são tratadas com a maior naturalidade pela população. O que fazer com o filho que viajou, o outro que voltou ou o que casou? Como decidir se o recém-casado mora com os pais ou em residência separada? Qual a compreensão e prática com respeito ao nascimento de filhos? Os filhos devem sair para trabalhar, ou ficar perto de casa mesmo quando as opções para trabalho são poucas? Resumindo, famílias estão num constante estado de fluxo, lidando com processos muito diversos de recomposição resultando de envelhecimento, mortes, nascimentos, casamentos e migrações.

E estas modificações ocorrem dentro de contextos de poder que favorecem certos rearranjos sobre outros. No caso de Itaparica, uma pergunta a se fazer é: “as determinações cristalizadas em políticas formais e informais da administração do reassentamento resulta no reforço e no enfraquecimento de quais tipos de rearranjos do grupo doméstico? E, dentro deste mesmo raciocínio, o envelhecimento destas famílias se tornaria um empecilho ao sucesso dos projetos? Qual será a participação das mulheres nestas famílias e nos projetos?”

Num estudo sobre os efeitos do “cálculo da força-de-trabalho familiar” sobre a seleção de famílias de composições diferentes⁵ demonstrei os seguintes efeitos da aplicação das regras estabelecidas para as famílias participarem no reassentamento:

A. maiores dificuldades (especialmente nos lotes menores) para famílias chefiadas por mulheres e para aposentados;

⁵ Em setembro de 1994, no Seminário Internacional “A Questão Energética na Amazônia” apresentei o trabalho “O Cálculo da força-de-trabalho familiar camponesa e o descompasso entre o tempo institucional e o tempo familiar” em Belém, onde estas idéias são mais elaboradas (Scott 1995).

B. homogeneização parcial das diferenças e desigualdades pré-reassentamento evidenciadas na diversidade anterior no acesso à terra e nas atividades produtivas, expondo todas a um tratamento relativamente indiferenciado na nova situação como “reassentados”. (A nova hierarquização entre famílias se reduz a uma combinação de riqueza e tamanho do lote da família.);

C. rigidificação formal dos critérios de participação na família - não permitindo a separação de solteiros residentes do grupo doméstico, nem incluindo aqueles que tinham migrado para passar uma temporada trabalhando fora;

D. insensibilidade às modificações decorrentes do avanço no ciclo doméstico especialmente no que se trata de acesso à nova base de produção (tamanho do lote), isto se agravando mais com o aumento na espera para iniciar a produção;

E. em geral, uma exposição a um discurso técnico que culpabiliza as famílias por dificultar o sucesso dos projetos quando elas agem de acordo com o percurso comum do desenvolvimento do ciclo doméstico.

As perguntas sobre o reforço e enfraquecimento de rearranjos familiares e a participação feminina se tornam cada vez mais relevantes com a passagem dos anos, pois em Itaparica (como em tantos outros projetos governamentais) houve um prolongamento significativo do tempo de implantação do projeto, fazendo com que ocorressem modificações nas famílias inseridas no novo contexto criado pela ação governamental. E neste prolongamento da transição e longa espera de anos e mais anos, como é que as famílias se transformam? Como é que as atividades das mulheres se modificam? Qualquer observador antecipa que uma família cadastrada no meio dos anos oitenta terá uma composição muito diferente no meio dos anos noventa. Todos são dez anos mais velhos, muitos tomam outros rumos na sua vida ou mesmo morrem, e ainda grande parte das famílias continuam esperando a implantação das melhorias prometidas. Precisa-se entender como as famílias lidam com o próprio desenvolvimento do seu ciclo doméstico nesta década de experiência, e como os agricultores - homens e mulheres, jovens e velhos - conseguem criar espaços para a sua própria reprodução social neste período.

UMA AGROVILA NA BORDA DO LAGO

A pesquisa sobre as transformações nas famílias reassentadas está em pleno andamento⁶, e este trabalho se limita a uma primeira apreciação de dados preliminares, devendo ser encarado, assim, como um estudo preliminar. O estado atual dos dados não permite um tratamento mais detalhado, inclusive fazendo com que os dados numéricos sejam aproximações bem informadas. Nas diversas viagens ao campo, desde julho de 1994, tem-se privilegiado apenas quatro agrovilas, num total geral de mais de cem. As agrovilas pesquisadas se encontram em dois extremos do projeto - duas a leste com lotes irrigados em funcionamento desde 1993 (Projeto Borda do Lago - Pernambuco), e duas a oeste sem equipamento instalado e sem previsão para o início da produção (Projeto Caraíbas)⁷ (Figura 1). Os dados quantitativos apresentados aqui se referem apenas a uma das agrovilas em funcionamento, na Borda do Lago, usando as observações nas outras as vezes para complementá-los e verificá-los quando possível, bem como informações secundárias obtidas por outras fontes (pesquisadores, administradores, jornalistas, sindicatos, agricultores) no decorrer da pesquisa. As observações são sobre como famílias em fases diferentes do seu ciclo de desenvolvimento, indicado pela idade dos chefes, operam dentro do contexto criado pelo reassentamento.

A agrovila, na Borda do Lago em Pernambuco, é composta de 56 casas de alvenaria dispostas ordenadamente em filas nos dois lados de uma rua única de terra que dista apenas 300 metros da pista pavimentada, a menos de dois quilômetros da cidade de Petrolândia. No meio da agrovila há uma escola num lado da rua, e uma capela e tanques de água no outro. Estas casas e outras edificações foram construídas por empresas contratadas pela CHESF, e cada família reassentada teve direito a uma casa. Ao redor da agrovila há uma área para criatório e uso comum e há lotes agrícolas irrigados individualizados que variam de 1,5 a 6,0 hectares,

⁶ Com apoio financeiro da FACEPE e do CNPq.

⁷ No *Jornal do Commercio* do Recife, Pernambuco, nos dias 28 a 31 de maio de 1995, há uma série de reportagens feitas por M. Abreu que fornecem uma visão panorâmica bastante completa da situação atual dos diversos projetos que compõem o reassentamento.

distribuídos de acordo com a força de trabalho familiar calculada no cadastro de 1985. As famílias foram reassentadas no fim de 1987, e só seis anos mais tarde, em 1993, começaram a plantar nos lotes irrigados. Até aquela data os lotes não tinham sido preparados para serem entregues à população, e a terra sem irrigação não permitia plantio com retorno significativo ao agricultor neste período. A verba de manutenção temporária (VMT) ficou como a fonte principal de sustento de muitos. Ainda hoje existem mais de 20% dos lotes que não foram entregues, ou porque não estão com equipamento de irrigação instalado, ou, no caso de 11 lotes bem próximos à beira do reservatório, porque foram ocupados por pessoas estranhas ao reassentamento. Estes invasores, como são chamados pelos reassentados e pela CHESF, não permitem que os agricultores trabalhem, nem que pisem nos seus próprios lotes. Usando as suas próprias bombas para puxar água, eles plantam e comercializam diversos produtos, especialmente bananas, desgastando o solo, enquanto os reassentados aguardam as decisões morosas das ações de despejo na justiça.

Resumindo, durante os dez anos que transcorreram desde o cadastro, as famílias reassentadas nesta agrovila enfrentaram uma intervenção direta do poder do Estado, através do estabelecimento das regras de participação no projeto e do seu ritmo de implantação. Isto afetou em muito a capacidade das famílias se organizarem ao determinar:

- a) quem ganharia casa, lote (de tamanhos diferentes), e verba de manutenção temporária (VMT destinado ao chefe de família *masculino*);
- b) regras determinando a distribuição espacial das casas e limitando a construção de casas novas;
- c) proibição de transferência de lotes;
- d) adiamento sucessivo da entrega de lotes irrigados, criando uma inatividade forçada e dificultando a continuidade de trabalho familiar na agricultura;
- e) limitações à própria mobilidade da população (especialmente os diretamente beneficiados, pois em tese quem não reside, não ganha a VMT); e

f) um relaxamento na proteção dos direitos ao lote que possibilitou as invasões.

De 1987 a 1993 as famílias não tinham em que trabalhar na própria agrovila, a não ser em atividades informais muito diversas, pequeno comércio e plantio “de chuva”⁸ ocasional. Desde 1993 esta agrovila está sendo uma das privilegiadas do conjunto da Borda do Lago em Pernambuco, pois a maioria ainda não foi entregue para iniciar produção. Isto faz com que a própria agrovila tenha se tornado um ponto de atração para outros reassentados de agrovilas com implantação mais atrasada. Sobretudo parentes e amigos procuram esta área para encontrar onde trabalhar, criando ainda mais pressão para a ocupação de residências nela.

Desta forma, o contexto para rearranjos familiares pode ser entendido como composto de fatores de fixação e fatores de mobilização dos membros das famílias reassentadas. O governo inicialmente partia de um princípio que tratava as famílias como “diferentes” e como “imutáveis”, retratadas na hora do cadastro, e proibidas de mostrar sinais de vida e de dinamicidade que poderiam complicar os planos traçados para eles. Com a passagem de dez anos, cientes que uma “taxa de evasão alta” seria uma marca negativa adicional para este programa fortemente financiado pelo Banco Mundial, criaram-se muitos mecanismos para fixar as famílias nas agrovilas. Ao mesmo tempo, cientes que corriam o perigo de aumentar as despesas e comprometer o programa com a abertura para populações adicionais sem direitos a benefícios, os administradores trabalharam para restringir qualquer possibilidade de crescimento. Os sinais dados foram ambíguos, mas se traduziam numa política de “não saem as famílias mais velhas, e não entram as mais novas”. Mesmo assim, as famílias continuavam no seu inevitável processo de desenvolvimento do ciclo doméstico. A comparação das famílias mais velhas com as famílias mais novas nesta agrovila demonstra como os desafios enfrentados pelos agricultores passaram de ser um problema simples de inclusão e exclusão de famílias de agricultores num projeto, para ser um problema de

⁸ Refere-se ao plantio organizado de acordo com a expectativa de chuva, sem contar com irrigação.

reprodução social deste mesmo segmento dentro do modelo de desenvolvimento vigente. Usamos a idade do chefe da família para denominar famílias como “mais velhas” (chefe acima de 60 anos de idade) e “mais novas” (chefe até 40 anos de idade).⁹

AS FAMÍLIAS MAIS VELHAS

De acordo com a política de fixação, as famílias mais velhas não saem desta agrovila. De fato, no local há muitos agricultores idosos, transmissores de conhecimentos. Em 1987, na ocasião do reassentamento, somente pouco mais que 20% das famílias eram chefiadas por homens com sessenta anos ou mais. Oito anos mais tarde, nos primeiros meses de 1995, quase a terça parte das famílias (17) cabia nesta faixa. O envelhecimento populacional no interior do próprio reassentamento fica evidente. E neste mesmo intervalo estas famílias não sofreram perdas significativas por causa da mortalidade, pois entre as famílias chefiadas por homens acima de 60 anos só se registrou um falecimento, e nas outras duas famílias, chefiadas por mulheres nesta mesma faixa de idade, só houve uma que perdeu o marido após o reassentamento. A outra viúva na agrovila nesta faixa de idade tem acima de 80 anos e mora só, mas ela já era viúva antes do reassentamento.

São chefes de família que tem casa, lote e a verba de manutenção temporária (VMT), e em muitos casos, acrescentam também aposentadorias adquiridas recentemente. Mesmo quando enfraquecidos na sua própria força física, detêm os meios de permanência na agrovila, e ainda atuam como articuladores de grupos de parentes mais amplos que se formam ao redor. Estes grupos de parentes são de “famílias inter-relacionadas” por consangüinidade e afinidade, e incluem, sobretudo, os próprios agricultores, suas esposas, seus filhos casados e os netos (filhos destes), e alguns irmãos. Costumam agir mais solidariamente entre si do que com outros que não são do grupo de parentes.

⁹ O ideal para uma análise do ciclo doméstico seria a idade da esposa, mas os nossos dados demonstram, que no caso da agrovila em estudo, quase não há diferença na distribuição das famílias chefiadas por homens ou por mulheres. Assim, mantivemos o uso da idade do chefe masculino e na ausência dele, do chefe feminino.

Como é que estas famílias de chefes mais velhos articulam os rearranjos dos grupos domésticos? Os grupos domésticos têm uma média de 4,4 membros por família, e apenas cinco dos dezessete grupos domésticos têm cinco pessoas ou mais. Os homens acima de 60 anos moram com as esposas, tendo apenas um sem esposa. Estas esposas são sistematicamente mais jovens que eles. Algum filho ou filha continua residindo em mais da metade (52,9%) destas casas, e há uma tendência de reter mais filhos masculinos adultos que filhas. Há apenas uma família que abriga também o genro. É nas famílias um pouco menos avançadas na fase do ciclo doméstico, com chefes entre 40 e 59 anos, em que é um pouco mais comum haver a co-residência de genros e noras. Isto não impede que genros e noras, entre as famílias mais velhas, residam próximo a seus sogros, como de fato ocorre quando, mesmo contrariando as orientações da CHESF, constroem uma casa nos fundos ou ao lado (4 casos), ou quando os filhos receberam uma casa no ato inicial do reassentamento por já estarem casados. É uma reafirmação da preferência de residência neolocal destas famílias, combinada com a valorização da proximidade de parentes.¹⁰

Mesmo diante da ausência co-residencial de genros e noras, estas famílias incluem muitos netos (41,2% delas os têm), criados sobretudo desde a infância pelos avós durante períodos de apoio aos seus filhos. Agora muitos destes netos são considerados como sendo prioritariamente do grupo doméstico dos seus avós, mesmo quando o pai ou a mãe também estão presentes. É comum ouvir expressões como: "Agora ele não sai mais! Ele é daqui mesmo! Não se acostuma mais longe da gente!" Outros parentes, irmãos, cunhados, primos, etc. não vêm residir com estas famílias, no caso desta agrovila.

¹⁰ Uma análise da relação entre a composição destes grupos domésticos e a prática da economia familiar camponesa nesta região iria requerer dados mais detalhados sobre trabalho, disposição de terra e idade. Embora as análises de Chayanov (1966) e a sua explicação em regiões vizinhas (Garcia & Heredia 1971; Heredia 1979, Garcia 1983) possam ajudar a entender uma lógica da família camponesa em funcionamento no Nordeste, ainda é cedo para afirmar quanto é que as modificações do quadro político e econômico decorrentes do reassentamento têm afetado as práticas dos diferentes camponeses na formação dos seus grupos domésticos nessa área com uma história de décadas de agricultura irrigada na beira do rio.

Pelo cálculo da mão-de-obra familiar, estes agricultores ganharam lotes irrigáveis, predominando os de 3,0 hectares. Apenas cinco das dezessete ganharam lotes maiores. Antes de 1993, só se plantava “de chuva”, isto apenas nos meses quando não houve estiagem. Algumas pessoas trabalhavam em plantios de outros, fora da agrovila, mas não foi um trabalho fácil de encontrar. Em 1993 iniciou um treinamento em lotes irrigados. Os técnicos foram orientados a realizá-lo em meio hectare do lote para passar o conhecimento das técnicas agrícolas da nova forma de irrigação e mostrar o possível rendimento de diferentes produtos. As famílias não entendiam porque deixariam de plantar quando têm terra e água disponíveis, já que tinham muita gente disposta a trabalhar, sem ocupação e sem renda. Esta “gente disposta” inclui membros de famílias adicionais, geralmente mais jovens, compostas pelos seus filhos, e residentes na agrovila ou nas suas proximidades.

Das famílias mais velhas, pelo menos sete estão sem plantar atualmente, ou porque não têm o equipamento de irrigação no seu lote (2), ou (principalmente), porque o lote é invadido (5). Vendo o outro lado, isto quer dizer que dez famílias, ou quase dois terços delas, já estão plantando desde 1993, e a forma de organizar o plantio promove a inclusão de outros membros de família, parentes e não-parentes¹¹ no trabalho, por várias razões: a idade dos chefes de família e os problemas de saúde enfrentados por eles impedem que muitos participem plenamente na roça; a divisão da produção camponesa em partes sobre as quais famílias diferentes (especialmente filhos) têm responsabilidade; a recriação de relações de meação e arrendamento de diversas maneiras, com parentes e não-parentes; e o uso de diaristas ocasionais. Estas famílias não se estagnaram, nem apenas envelheceram com a passagem de anos. Elas ativamente procuravam o melhor para os seus componentes no processo de dispersão (favorecido pelo avanço de idade, novos casamentos e procura de trabalho fora) e de expansão (acolhendo filhos separados, netos, recém nascidos e jovens, e outros filhos que voltaram de trabalho fora). Apesar das suas limitações, nos últimos dois anos a disponibilidade local de terra para trabalhar

¹¹ Os não-parentes são integrados como arrendatários, meeiros e diaristas.

estimulou a chegada de pessoas para agrovila e uma pressão para fornecer moradia para estas pessoas.

Adicionalmente, desde 1987 houve em torno de 25 casamentos na agrovila, resultando na saída de filhos de casa. A metade destes casamentos foram de pessoas provenientes destas famílias mais velhas. Nos casamentos dos filhos houve um esforço maior para encontrar novas residências na própria agrovila, enquanto com as filhas a residência pós-casamento mais comum era na cidade de Petrolândia. Casar foi uma razão de sair muito mais freqüente do que a procura de trabalho em outros locais, mesmo antes do início da produção. Foram relativamente poucos que tomaram o destino de São Paulo ou Rio. De fato, em alguns casos, a migração de retorno destes locais mais que compensou pela emigração. A soma de todo este movimento no seio da família, mesmo contribuindo para a diminuição do tamanho do grupo doméstico, aponta para o crescimento das redes mais ampliadas de famílias inter-relacionadas, em grupos de parentes, atendendo ao critério de *fixação* da população na área. Só em parte, sobretudo com os casamentos que resultaram em saídas, atendeu ao critério de “mobilização”, criando uma “evasão” que, para o alívio dos administradores, não era dos próprios beneficiados, e sim, dos seus dependentes. A tentativa de manter grupos de famílias inter-relacionadas juntas é tão acentuada que as famílias iniciaram um processo de negociação, ainda mais adiantado na agrovila vizinha, para permitir a construção de casas para filhos (de acordo com a orientação da CHESF, sem direito a lotes) nas extremidades das agrovilas, e, inclusive, numa rua projetada para ser paralela à rua da agrovila.

Tendo onde trabalhar, no contexto da agrovila com produção agrícola irrigada, as famílias mais velhas procuram articular arranjos que as mantêm com dependentes em casa ou na vizinhança (filhos e netos), dependentes esses que freqüentemente se tornam os trabalhadores que dão uma forte contribuição ao sustento da casa com atividades no lote. Respeitam a regra de neolocalidade, procurando encontrar residências, especialmente para manter os filhos homens mais próximos, para poder contar com a sua contribuição no trabalho agrícola, bem como em outras atividades solidárias do grupo de parentesco. Especialmente depois do início da produção alguns construíram casas nos lotes ou para servir como abrigo

temporário para os próprios familiares enquanto estavam no lote, ou para servir de moradia a parentes e outros que chegaram para trabalhar, uma tendência mal vista pela CHESF, mas que deve tender a aumentar. Na agrovila é possível reconhecer alguns grupos de parentes mais solidários, formados de membros de família que já interagiam nas suas comunidades de origem e cuja continuidade é fortemente reforçada pelas regras aplicadas na agrovila, garantindo o acesso a recursos para estas famílias.

É interessante que são justamente os velhos que são o alvo de acusações e de fortes críticas dos técnicos e dos administradores do projeto, como potenciais entraves ao sucesso de reassentamento,¹² porque são fracos e incapacitados pelo trabalho e/ou porque os seus conhecimentos sobre agricultura irrigada da forma que foi praticada na “beira do rio” (com terra mais fértil e com água distribuída por gravidade) não são adequados para a nova realidade de agricultura por aspersão em terra não aluvial (“seca e fraca”) onde se exigem sofisticadas técnicas de preservação do solo e de administração de água. Contraditoriamente, reforça-se a fixação de famílias mais velhas e a manutenção dos seus grupos de parentes ao mesmo tempo que coloca em dúvida a sua capacidade de adquirir e transmitir conhecimentos adequados para as gerações mais jovens. Os técnicos parecem ser fortemente influenciados pela simbologia do “novo” e do “vigoroso” inerente nestes projetos, pela idéia de reforma e de mudança que excluiria o velho. Mas muitos dos reassentados mais velhos tem abdicado do seu poder de conhecimento sobre as práticas agrícolas anteriores, alguns investindo na educação dos seus filhos para serem técnicos agrícolas, e muitos outros deixando que os seus filhos administrem mais diretamente o plantio nos lotes. Reconhecem o conhecimento e interesse e competência do técnico, quando este demonstra de fato estas qualidades (um reconhecimento que pode ser posto em questionamento por

¹² Em 1994 o autor principal deste trabalho comentou outros aspectos deste discurso em trabalhos apresentados no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (publicado nos anais com o título “Riscos aos reassentados no ambiente criado pela barragem de Itaparica”) e no anteriormente citado Seminário Internacional “A Questão Energética na Amazônia”, (“O Cálculo da força-de-trabalho familiar camponesa e o descompasso entre o tempo institucional e o tempo familiar”) em Belém.

sucessivas substituições de técnicos decorrentes principalmente dos baixos salários pagos).

A importância da transmissão de conhecimento entre gerações se torna um ponto nevrálgico, tanto para a questão de como é que vai se realizar a reprodução social destes próprios grupos, quanto pela forma com que eles vão se relacionar com os administradores dos projetos de reassentamento, representantes de um Estado - provedor, desprovedor e acusador. O fato é que estes agricultores estão plantando melancia e feijão, os produtos típicos da agricultura que praticavam antes do reassentamento, vistos por eles como fazendo parte de uma agricultura “de pobre” porque é de curta duração e de baixos custos de investimento, permitindo retornos freqüentes, mesmo que precários e baixos. A compreensão disto como sendo “resistência dos velhos” é uma leitura muito parcial e problemática do fenômeno. É mais a fraqueza das linhas de crédito e de comercialização que levam os agricultores a não adotarem o plantio de produtos mais “nobres”, como, por exemplo, de fruticultura. Estes produtos são vistos pelos agricultores como sendo “de ricos,” não porque seja difícil assimilar os conhecimentos técnicos do seu plantio, mas porque os custos e os riscos tornam sua produção muito insegura e inacessível para estes agricultores. De fato, quando necessário, estes chefes de família demonstram saber articular as suas redes de parentesco de uma forma que permite que a administração das novas técnicas seja feita pelos membros da família com mais capacidade de compreendê-las, sem comprometer as redes de parentesco. Estes chefes de família sabiam administrar práticas econômicas agrícolas e não-agrícolas bastante diversas nas suas comunidades de origem, e não há porque pensar que não vão saber fazê-lo também numa agrovila em produção. Aqui não é possível realizar uma comparação dos conhecimentos adquiridos sobre os ambientes locais em treinamento formal pelos técnicos e em uso e observação cotidianos pelos reassentados, mas é seguro afirmar que ambos têm o que aprender, uns dos outros.

AS FAMÍLIAS MAIS JOVENS

A política de “não entram as famílias mais novas” encontra forte resistência entre estes agricultores, como é evidente no que já foi exposto

sobre as famílias mais velhas. Uma boa análise demográfico-histórica e de história oral¹³ pode descobrir uma progressiva indisponibilidade de terra e de atividades econômicas que teria levado muitas famílias novas nas comunidades pré-reassentamento a procurar estabelecer residências em outras comunidades ou nas periferias urbanas de Petrolândia (especialmente Barreiras), perto do projeto irrigado mais próspero do ambiente anterior. Só que no caso desta agrovila, a resistência à entrada de famílias mais jovens é muito mais explícita e sistemática, por causa da participação do Estado neste processo. Quem casou depois do reassentamento não tem direito a uma casa, muito menos a um lote irrigado ou à VMT. A construção de casas nos quintais e ao lado das casas originais dos projetos é feita com recursos próprios, e comunica a posição subordinada destes moradores na comunidade. De início a CHESF foi taxativa: não permitia a construção de casas nos lotes, mas após o início da produção esta regra ameaçadora deixou de ser rigorosamente enfatizada.

De fato, o chefe de família mais jovem na agrovila tem 27 anos, e somente 6 (11,3%) têm menos que 30 anos. Já na faixa de 30 a 39 anos há uma concentração significativa de chefes de família (17 chefes, ou 32,1% do total dos chefes de família). Boa parte destes são os “recém-casados” da época do cadastro, e são filhos dos chefes de família mais velhos na agrovila. O seu direito a casa e a lotes e um lugar aceito na organização social da comunidade é assegurado, mesmo que os seus lotes sejam menores (só um dos 15 lotes é acima de 3,0 hectares). Mas também é nesta faixa que se encontram famílias sem lotes que residem nas casas construídas para reassentados com lotes cujos donos resolveram, por alguma razão, não ficar na agrovila. A situação deles é parecida com aquela dos filhos que constroem nos quintais e laterais (04 casas) e com a das famílias que residem em casas com cada vez maior número de pessoas, abrigadas nos lotes – sem terras, eles procuram partes de roças de parentes e amigos para poder plantar “de meia”, “arrendado” ou por outro arranjo

¹³ Os estudos do antropólogo Aurélio Viana, da Universidade de Brasília, demonstram bem este processo de sucessão entre gerações para as invasões de terras no sul do país. Agradeço à antropóloga Ellen Woortmann, da mesma universidade, por ter informado à equipe que recentemente o Professor Viana também examinou a situação de algumas famílias em Itaparica, o resultado destas pesquisas estão sendo encaminhadas para a nossa equipe pelo próprio autor.

de cooperação no trabalho. Caso seja filho de um reassentado com lote, não tem perspectiva de ganhar um lote, pois as regras sobre herança ainda não são bem compreendidas dentro das agrovilas. Ficam como famílias preenchendo os espaços de trabalho deixados pelos chefes de família mais velhos, e dependem das necessidades e das vontades deles.

As famílias mais novas são maiores devido à grande participação de filhos jovens. Elas têm um tamanho médio de 5,6 membros (comparado com os 4,4 das mais velhas) e têm proporções equilibradas de homens e mulheres. São organizadas sobretudo em famílias nucleares. Somente 2 de 27 famílias contêm colaterais, e nelas não há outros residentes, parentes ou não parentes. São famílias em plena expansão, 80% tendo acrescentado filhos no intervalo depois de sua chegada à agrovila, seja em 1987, seja mais tarde. São acima de 40 nascimentos reportados nestas famílias neste período, contra apenas 5 saídas de seus membros. Apesar de terem mais pessoas, a flexibilidade para compor as suas residências é muito menor do que para as famílias mais velhas.

A maior parte dos chefes destas famílias mais jovens já trabalharam como mão-de-obra familiar ou como diarista em agricultura na beira do rio e conhece as “técnicas antigas” de “aguação,” mas quando os técnicos falam dos reassentados queixam-se muito da resistência dos velhos, deixando transparecer que acreditam nos jovens como mais aptos a adotar as novas tecnologias, já que não estariam tão arraigados nas suas maneiras de praticar a agricultura. Esta atitude apresenta uma contradição séria, que aponta novamente para algumas incoerências que aparecem na maneira como os técnicos percebem a transmissão do conhecimento entre gerações na agrovila.

Primeiro, parecem ignorar a existência de relações sociais que inserem todas as famílias numa rede complexa de parentesco fundamentada em regras de hierarquia e autoridade que dificultam a separação dos jovens e velhos.

Segundo, parecem ignorar que as famílias mais velhas são justamente as que oferecem condições mais flexíveis para recompor as forças de trabalho familiares adequadas às demandas nos lotes sob o controle destas famílias.

Terceiro, parecem ignorar a própria diversidade de atividades anteriormente empreendidas pelos agricultores que permitem uma leitura distinta de atividades diferenciadas. Ou seja, só porque antes praticavam um tipo de agricultura, não quer dizer que não irão perceber as diferenças no novo tipo de agricultura.

Quarto, parecem ignorar, por conveniência talvez, que as razões de não seguir certas orientações têm a ver com a fraqueza de redes comerciais, financeiras e associativas em operação na área, fazendo com que os plantios potencialmente mais lucrativos também sejam os que contêm mais risco e menos controle por parte dos reassentados. Não é pela idade dos agricultores, mas pela organização da economia local que aparecem as condições para criar uma transmissão de conhecimento que possa beneficiar os reassentados.

Quinto, parecem ignorar a participação feminina na criação de novos espaços de produção e de interação social na agrovila. Este último item merece atenção privilegiada: permanece pouco reconhecida a inserção de mulheres nestes processos.

AS MULHERES NO NOVO AMBIENTE

As mulheres reassentadas em Itaparica não receberam nenhum destaque especial nos projetos de agrovilas, fazendo com que espelhassem uma situação corrente entre mulheres rurais em toda América Latina (Teixeira et al. 1994; Suarez & Libardoni 1992 e Campos 1994). Arriagada (1991) chama atenção à falta de dados confiáveis sobre a participação de mulheres no trabalho agrícola e à subestimação da sua contribuição nos dados costumeiramente usados. Destacando que as mulheres participam diferentemente em pelo menos quatro categorias de trabalho - trabalho agrícola no campo, processamento agrícola, cuidado de animais e comercialização - ela insiste na necessidade de ampliar os estudos empíricos sobre esta participação. Demonstra que os projetos de desenvolvimento destinados a promover uma "reforma agrária" desde os anos sessenta costumam excluir a mulher, ou, quando muito, especialmente a partir dos anos setenta, incluí-la em projetos de aumento de produtividade com "componentes para a mulher... que tendiam a reforçar o papel reprodutor da

mulher; ademais, as atividades nas quais as mulheres foram incorporadas eram na sua maioria uma extensão deste papel: artesanato, costura, elaboração de geléias, etc.” (Arriagada 1991:144).¹⁴ Da década de oitenta até hoje houve um acréscimo no número de projetos dirigidos para o aumento da geração da renda feminina.

O discurso da CHESF, legitimador da remoção da população na área do reservatório foi um discurso de promoção de “desenvolvimento” (energia para a produção e consumo no Nordeste), e de “reforma agrária” para beneficiar os trabalhadores agrícolas sem terra em Itaparica.¹⁵ Isto foi dado como suficiente, e programas específicos para mulheres neste processo teriam que se iniciar de outras bases de ação própria ou com estímulos externos. Quais os espaços em que as mulheres de Itaparica, vistas a partir das agrovilas enfocadas aqui, de fato operam no reassentamento?

Ao enfocar a condição feminina, no trabalho agrícola e doméstico, e nas relações familiares e sua interação com o ambiente criado com as agrovilas e os lotes irrigáveis recebidos, pode-se perceber as dificuldades enfrentadas por elas ao se dedicarem a todas as categorias de trabalho descritas por Arriagada. Quando moradoras ribeirinhas, o campo de atuação dessas mulheres era organizado em algumas atividades que refletiam uma forte divisão de trabalho por gênero consignando às mulheres participações particularmente ativas em: 1) trabalho doméstico, 2) agricultura (especialmente vazante e de chuva), e 3) criatório (principalmente de galinhas, bodes e, às vezes, porcos). As mulheres costumavam “ajudar na roça” como trabalho familiar não-remunerado, mas como as áreas de origem destes agricultores também incluía uma diversidade nos espaços ambientais e de trabalho foi possível, segundo recordam algumas, as mulheres aproveitarem um espaço mais independente em que tinham mais controle sobre a renda proveniente da sua produção. Com as diversas

¹⁴ Tradução do original em espanhol feita pelos autores deste trabalho.

¹⁵ Em “Etnia e Nação em dois movimentos de resistência a barragens: México e Brasil” apresentado pelo autor principal deste trabalho na reunião do grupo de trabalho sobre “Identidades na América Latina” na FLACSO em Brasília, 1993 e no prelo no livro editado por George Zarur sobre *Etnia e Nação na América Latina*, a ser publicado pela Organização de Estados Americanos, discute-se o discurso sobre reforma agrária e sobre etnicidade numa abordagem comparativa internacional.

combinações possíveis entre agricultura irrigada em plena produção (exigindo forte participação masculina), agricultura de vazante (cada vez mais limitada), plantio de chuva, pesca, criatório numeroso, trabalho assalariado nas “granjas” (de fruticultura irrigada), e trabalho autônomo e assalariado nas olarias, além, evidentemente, do próprio trabalho doméstico, as mulheres, mesmo quando reconheciam um papel subordinado aos homens, tinham atividades que podiam desempenhar com, pelo menos, uma diminuída vigilância masculina sobre os rendimentos obtidos. Nas agrovilas do bloco um da Borda do Lago em Pernambuco, isto era especialmente notável entre as famílias cujos homens antes se entregavam mais integralmente ao trabalho nas olarias.

Com o reassentamento, o espaço físico desses trabalhos foi demasiadamente reduzido, concentrando-se hoje no lote e no quintal, e durante seis anos nem havia produção agrícola familiar. As mulheres que tinham alguma atividade mais independente parecem ter perdido muito deste espaço. Enquanto antes os homens tinham onde trabalhar, com o adiamento do início da produção nos lotes passaram, nas agrovilas estudadas, seis anos¹⁶, tempo durante o qual até o quintal, uma área tradicionalmente feminina, tornou-se um espaço de experimentação e uma área substituta de produção onde os homens também plantavam enquanto esperavam o acesso a um lote. Sem lotes irrigados, pelo menos no quintal, podiam dispor de parte da água distribuída para consumo nas casas para plantio. Mesmo que a mulher continuasse a realizar os seus próprios plantios costumeiros em parte do quintal, verifica-se uma situação em que reforçou-se uma condição de “ajudante do marido”. Além da própria área de trabalho feminino ter ficado mais restrita, o dinheiro do sustento principal, a VMT, sai no nome do marido. Nós perguntamos: O projeto favoreceu a ação masculina no trabalho? Nesse novo espaço quais as atuações femininas de criação de espaços adicionais de atividades?

As atividades femininas continuam diversificadas. Além do trabalho em casa e, nos últimos dois anos, na roça, e um pouco do criatório que

¹⁶ Vale a pena lembrar que os agricultores reassentados na Borda de Lago em Pernambuco estão entre a minoria que já estava produzindo no início de 1995. Muitos reassentados continuam aguardando a entrega dos seus lotes, e, conseqüentemente, só dispõem de áreas com água no próprio quintal.

resta, incluem-se algumas atividades não remuneradas como catequistas, rezadeiras e cantoras de coral; outras, visando a um lucro futuro como costureiras e tecelãs; outras, autônomas como vendedoras ambulantes, comerciantes, e outras como assalariadas enquanto professoras, merendeiras e faxineiras, etc. Todas estas atividades têm que ser articuladas num ambiente cuja própria arquitetura força todas as famílias a morarem próximas umas das outras, o que antes não acontecia. Isso gerou um ambiente diferenciado do antigo convívio em moradias mais dispersas na beira do rio, ampliando a exposição de todos aos olhos observadores e comentários freqüentes dos vizinhos sobre atividades particulares, redimensionando, assim, os espaços de relações sociais cotidianas. Essas mudanças implicam uma diferente maneira de interação com o meio ambiente e nas relações familiares. Como? Como se redefinem as tarefas das mulheres e as tarefas dos homens?

Nos últimos dois anos, de 1993 a 1995, os homens reconquistaram o seu espaço privilegiado de produção: o lote agrícola irrigado. A roça no lote é notavelmente do homem. Cabe à chefia decidir como dividi-lo de acordo com as possibilidades da família. Isto implica decidir quem trabalha em quais tarefas, e com que grau de autonomia - seja no pedaço que é da família, seja num pedaço cedido para um filho ou uma filha (no modelo camponês conhecido de roçado-roçadinho, descrito por Garcia & Heredia 1971), seja através de pessoas de fora para trabalhar de "meia" ou para arrendar outro pedaço do lote. A responsabilidade masculina é forte nestas atividades.

Mesmo assim, quando a família tem o lote produzindo, na maior parte dos casos as mulheres estão presentes junto à família em cooperação, sem ter uma parte significativa do lote reservada para ela. Isto não as impede de, às vezes, plantarem, ao redor do lote, produtos diversos, como acerola, coentro, coco, banana, macaxeira, principalmente culturas para o uso de subsistência, garantindo o alimento para si, o companheiro e os filhos. A comercialização dessas culturas é limitada, às vezes havendo a venda de produtos como acerola e coentro na feira ou a alguém da cidade, por encomenda. Com o dinheiro apurado costumam comprar carne ou algo que as crianças estejam precisando.

A mulher que trabalha no lote “ajuda” em todos os serviços, segundo a concepção dos agricultores. Os homens, num primeiro contato, falam mais do lote e de suas plantações, não incluindo muito a ação da mulher. Contudo, não se demora a perceber a atuação direta e constante de mulheres ajudando dentro do lote irrigado recebido, executando todas as tarefas pertinentes à agricultura irrigada. Há, porém, uma exceção no que diz respeito às contribuições femininas no trabalho agrícola: a aplicação de agrotóxicos. É uma “ajuda” que nem ela, nem o marido, quer que ela faça (Em 115 famílias só havia uma mulher que declarava aplicar agrotóxicos com regularidade.) Esta é uma atividade sobre a qual os agricultores têm uma visão muito clara sobre os danos que podem ser causados na pessoa aplicadora. Preferem, inclusive, nos raros casos em que a economia doméstica permite, contratar um diarista para que ninguém da família aplique o veneno. Esse problema do veneno veio a ocorrer com a mudança, concretizando-se com o recebimento do lote irrigável e da produção, pois antes não havia necessidade nem do uso de fertilizantes nem da quantidade absurda de agrotóxicos agora utilizada. Em alguns casos, diziam, dispensava-se até o uso de ambos e a colheita era garantida. Hoje, se não se fizer uso de venenos, a safra é perdida com certeza.

Perdas parciais ou totais causadas por pragas desconhecidas são cada vez mais freqüentes. Como contou uma agricultora que cultivava uma área de 1,5 hectares com melancia: faltando vinte dias para o corte, o plantio contraiu uma praga nova e, em três dias, a roça estava perdida. Esta doença está se alastrando na região, e, por enquanto, parece não ter muito o que fazer - a raiz da planta fica vermelha, as folhas murçam, caem, e rapidamente a planta morre. Os agrônomos do projeto estão realizando experiências laboratoriais sobre essa praga e seu possível controle. É bem provável, porém, que aconteça a proliferação de muitas outras pragas novas decorrente do excesso do uso de venenos, que acabam com a vida da terra e com suas defesas naturais.

O receio das mulheres, em participar na colocação do veneno, associa-se a dois elementos principais: o perigo à saúde e o peso do equipamento. O perigo à saúde é evidente a todos (mesmo quando não efetivam a tomada das precauções recomendadas), e relatos de inchaço, coceira e dor de cabeça após a aplicação são freqüentes. Conta-se, também,

que uma mulher que se aventurou a colocar veneno sofreu, como conseqüência, problemas na sua genitália, o que aumenta a percepção generalizada sobre o perigo para a mulher. Além deste perigo, a restrição à participação feminina nesta tarefa é explicada, a princípio, como uma limitação física - a bomba contendo 20 litros de água (embora se possa encher menos), colocada nas costas, sob um sol escaldante, usando ou não a roupa adequada, parece pesar cinco vezes mais. Só que nem a roupa adequada existe para as mulheres, pois o macacão protetor, as luvas, a máscara e as botas distribuídos pela CHESF (para descontar na VMT) foram todos em tamanhos masculinos.

Num nítido reforço da divisão percebida entre os gêneros, a não aplicação de agrotóxicos pelas mulheres as coloca, discursivamente, como mais frágeis, necessitadas de proteção, especialmente no que se refere à sua capacidade reprodutora, e como mais fracas, incapazes de sustentar peso como fazem os homens.

No quintal das casas, as plantações são mais realizadas pelas mulheres, mesmo quando os homens sem acesso à terra experimentam com algumas plantas como mencionamos anteriormente. Eles têm orgulho da variedade dos seus plantios. As plantações mais encontradas nos quintais são: 1) fruteiras (coco, pinha, romã, caju, goiaba, manga, mamão, murici, laranja, limão, abacate, tangerina, banana, sirigüela, pitomba, cajá), 2) Plantas medicinais e de tempero (capim santo, hortelã, gergelim, erva cidreira, mastruz, leocena, vick, anador, arruda), e 3) plantas ornamentais (nove-horas, espirradeira, entre muitas outras). As frutas são predominantemente para o consumo da família e para as trocas com a vizinhança e parentes. Não acontecendo vendas entre eles, adquirem, pois, uma característica de “valor de troca” nos limites de relações pessoais recíprocas. Ofertam também aos visitantes, e sentem nesse ato um orgulho muito grande de suas produções. As plantas medicinais são preparadas geralmente pelas mulheres em forma de chás, infusões e lambedores, para uso sempre que alguém da família ou vizinho adocece. As plantas ornamentais, folhagens e flores muito bem cuidadas, são para “o lugar ficar mais bonito”. Esse valor de beleza é uma preocupação da mulher, um valor que trouxeram do antigo lugar de moradia e está sendo transmitido às suas

filhas, que as ajudam nessa tarefa. A cognição sobre a estética e a sua imbricação na organização social merecem um estudo mais aprofundado.

Havia, antes do reassentamento, um espaço efetivo da atuação da mulher em termos do orçamento familiar. Quando a composição da economia familiar permitia acesso à terra às mulheres cabia também um pequeno criatório (galinhas, porcos, patos, ovelhas, e sobretudo, bodes). O criatório, hoje, é praticamente inviável. Primeiro, com base em estudos técnicos da capacidade de sustento das áreas de pastagens, a CHESF limitou o número de animais que podiam ser trazidos¹⁷ fazendo com que as pessoas que mais lançavam mão a esta atividade fossem particularmente prejudicadas. Segundo, nas agrovilas há queixas que não existe uma estrutura adequada para o criatório e que o roubo de animais é constante.

Em vários casos, as criações existentes passaram a ser de domínio do homem, inclusive havendo quem construiu casa no lote e lá permanece cuidando dos animais ou coloca uma pessoa para lá morar, a fim de evitar o roubo, o que muitas vezes ainda acontece, apesar da vigilância. Nas duas agrovilas estudadas, em Petrolândia existe apenas uma criação de porco, relativamente grande, que está sob a responsabilidade de uma mulher. Ela recolhe lavagens das casas e restos das roças para alimentá-los, ajudando assim no orçamento familiar. No restante são uma ou duas galinhas presas, algumas poucas cabras, e um ou dois bois ou mais raramente, cavalos em algumas casas. As mulheres dizem que não conseguem mais ficar com nenhum dinheiro do pequeno criatório, como antes conseguiam.

A cooperação entre mulheres no cuidado com seus filhos é freqüente. As crianças de outras famílias muitas vezes ficam nas casas daquelas que não estão na roça. As meninas, quando já têm idade, ajudam na preparação do almoço para levar no lote. Os meninos, diferentemente, cuidam da roça, ajudando o pai, que vai mais na roça do que a mulher, especialmente quando o casal tem filhos pequenos. Embora seja freqüente entre filhos de agricultores em geral ter aspirações para futuramente desempenhar atividades fora da agricultura, esta situação é agravada no caso das agrovilas. Os filhos que eram pequenos na época do reassentamento - meninas e

¹⁷ Não cabe dar todas as cifras aqui, mas vale à pena mencionar que só podiam levar 10 bodes, uma quantidade considerada pequena por quem tinha este animal predileto para criatório.

meninos - têm dificuldades em se pensar como agricultores, uma vez que estiveram a esperar, durante seis anos que a família recebesse o lote, passando de agricultores a reassentados com produção agrícola. Foi, pois, um longo período em acompanhar os pais que não trabalhavam mais a terra enquanto recebiam uma verba de manutenção temporária (VMT) e, ainda quando possível faziam “bicos” - na agricultura ou fora dela - aqui e ali. Este quadro favorece uma atitude de negação, por parte dos filhos, na participação do cultivo do lote, ou então, no mínimo, indo “a pulso.” Muitos estudam na escola da agrovila (do pré até a quarta série) ou na cidade (com apoio de transporte pelo projeto), e há quem pense sempre em ir embora, inclusive, para São Paulo, ou seja, nessas condições eles não se percebem preferencialmente como futuros agricultores.

A área de educação também fornece um espaço para a ação das mulheres. O apoio no estudo faz com que a escola seja um local para muito convívio entre mulheres e crianças, em que várias mulheres se empregam com regularidade, de acordo com as suas capacidades e conexões, como professoras, merendeiras e faxineiras. Inclusive numa das agrovilas a celeuma entre uma professora local e outra que vem de uma cidade próxima serve para realçar a importância desta atividade para a comunidade.

Em referência à religiosidade, a devoção é unanimemente católica. Falam orgulhosamente da história do estabelecimento das capelas nas suas comunidades de origem e nas agrovilas (uma tem capela, e a outra já iniciou a construção da sua), e apontam as vigas de ferro da antiga igreja de Barreiras, que se erguem permanentemente acima do nível do reservatório, num monumento à força religiosa da comunidade de origem, pois dizem que “o próprio papa soube da barragem, e proibiu que derrubassem a igreja.”¹⁸

Cotidianamente, tanto as práticas populares quanto a associação com a igreja em si são espaços fortemente femininos, mesmo havendo alguns meninos que freqüentem a escola de catecismo junto com as meninas, e alguns homens que assistam às missas e incentivem a participação em eventos religiosos. A condução de todos os rituais de reza, novenas,

¹⁸ Esta afirmação foi ouvida com certa freqüência, pelos pesquisadores dos reassentados. Não temos uma fonte que de fato comprove esta afirmação.

organização da circulação da imagem da santa nas casas, amarração de fitas em santos, e ações de graças para promessas alcançadas são atividades femininas. As mulheres falam delas e de suas rezas, promessas, anseios e desejos. Mencionam que é mais fácil os homens poderem receber uma “graça”, através da intercessão delas com os santos. A participação nas rezas noturnas diárias é uma atividade muito importante na confraternização das mulheres da comunidade.

Um dos espaços femininos novos que resultou de todo o processo de reassentamento foi a participação política, especialmente em atividades organizadas dentro do sindicato. Nele há uma Secretaria da Mulher, à qual elas se referem nas suas falas como “a nossa representação”. As mulheres foram atores importantes no processo de reivindicação do Pólo Sindical para garantir o reassentamento. Ainda hoje são participantes de assembléias e reuniões deliberativas, embora tanto elas quanto as lideranças sindicais reconheçam que já foram numericamente mais participativas. O documento “Perfil do Grupo” elaborado pela secretaria da mulher no Pólo Sindical em 1994 afirma: “No início dessa luta tiveram participação fundamental. Hoje porém, a participação é muito pouca”. A diminuição dessa atuação pode decorrer de vários fatores, incluindo: a tensão e “stress” causados pela longa espera do lote, a acumulação de tarefas, e terem que “se virar” para arrumar dinheiro.

Nas duas agrovilas estudadas em Petrolândia, elas esboçaram uma organização através do Sindicato em grupos de trabalho, relacionados com a Associação de Produtores: um Grupo de Costura na agrovila 01 e um Grupo de Tear na agrovila 02. Dois grupos pequenos que tinham respectivamente, 15 e 08 mulheres participantes, em meados de 1995. Estes grupos resultaram em parte da visibilidade internacional da atuação do Pólo Sindical no processo de reassentamento em Itaparica, que atraiu a atenção de organizações de cooperação internacional (ONG’s, governamentais, religiosas e filantrópicas) e abriu canais para a realização de projetos rurais dirigidos especialmente para mulheres. Os grupos de trabalho são financiados em parte pelo Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social-SACTES, entidade do governo alemão, que tem por finalidade ajudar os países de terceiro mundo através de projetos para viabilização de renda e autogestão. Os grupos enfrentaram problemas

sérios pelas dificuldades para achar tempo disponível, por relações conflituosas entre algumas das participantes e pela indefinição de muitos aspectos da sua administração.

Lembramos que, no início deste trabalho, insistimos no caráter preliminar das informações nele contidas. Identificamos muitas áreas de atuação feminina, mostrando que as limitações impostas pela própria estrutura do projeto de reassentamento estão longe de serem insuperáveis. As mulheres queixam-se da incursão masculina em áreas de atividades costumeiramente femininas (como nos quintais e no pequeno criatório), porém ainda mais pela perda da diversidade que estava estabelecida antes da remoção, e pela concentração acentuada da renda monetária nas mãos dos homens sem que houvesse uma atividade para mantê-los ativos ao mesmo tempo. O advento da produção agrícola, desde 1993, ocupou os homens. Isto, junto com os ganhos das experiências vividas pelas mulheres no processo político de defesa dos seus direitos, acena para um leque crescentemente mais aberto de alternativas para elas.

Ainda é cedo para entender melhor a dinâmica de interação entre homens e mulheres, interpretando o complexo jogo, cheio de ambigüidades, contradições e cumplicidades, de valorização e desvalorização mútuas implícitas no emaranhado de declarações, omissões, vigilância, ciúmes, elogios, críticas, etc. que se apresentam diferentemente em contextos de observação os mais diversos.

UMA NOTA FINAL

Pelo que foi exposto sobre as questões de geração e de gênero neste trabalho, pode-se dizer que, à primeira vista, o projeto de reassentamento em Itaparica, observado através das agrovilas estudadas, seria caracterizado como uma ação do Estado que favorecia as gerações (representadas pela famílias) mais velhas e os homens. As regras formais evidenciam isto claramente, como vimos na discussão sobre o cadastro. No decorrer dos anos, os camponeses reassentados demonstraram que a estreita interligação entre as gerações mais velhas e mais novas, e entre os homens e as mulheres, faz com que a procura de espaços para a ação de “subordinados” (jovens e mulheres) fortaleça os laços de cooperação e solidariedade entre

grupos de parentes e de vizinhos mais amplos. Isto não implica uma visão simplificadora de uma solidariedade comunitária idealizada que supere as hierarquizações e diferenciações internas, pois as agrovilas estão repletas de intrigas divisivas. A simplificação que evita é aquela que trata as divisões de gênero e de geração como “jogos de soma zero”, em que os ganhos de um são as perdas de outro. Na luta para a superação das dificuldades impostas pelo favorecimento dos mais velhos e dos homens, formam-se famílias que resistem e ganham lugares respeitados na comunidade. Mas não é só na articulação entre gênero e geração que o sucesso destes agricultores será medido. O reassentamento veio como uma mudança social dirigida, em que há um futuro “projetado” para os reassentados, um futuro que depende da constante reafirmação de compromissos financeiros e administrativos do Estado com os reassentados, da preservação de um solo precário, do estabelecimento de redes de escoamento da produção e de sistemas de crédito, enfim, de assegurar as condições políticas, econômicas e ambientais de reprodução e transformação social benéficas para estes agricultores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIAGADA, I. 1991. Mujeres Rurales de América Latina y el Caribe: Resultados de Programas y Proyectos. In: GUZMÁN, V.; PORTOCARRERO, P. & VARGAS, V. (Compils). *Una Nueva Lectura: Género en el Desarrollo, entre Mujeres*. Lima, p. 127-157.
- BOURDIEU, P. 1993. *La famille comme catégorie réalisée*. Mimeografado.
- CAMPOS, C. (Coord.). 1994. *Desarrollo Rural con Equidad de Género*. Assunción, ICA, IAPAR. (Proceder II).
- CHAYANOV, A.V. 1966. The Theory of Peasant Economy. In: THORNER, D.; KERBLAY, B. & SMITH, R.E.F. (eds.). *Homewood*. American Economic Association.
- FORTES, M. 1958. Introduction. In: GOODY, J. & FORTES, M. *The Developmental Cycle in Domestic Groups*. London, Cambridge Univ.
- GARCIA, JR. 1983. *Terra de trabalho, trabalho familiar e pequenos produtores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- GOODY, J. 1976. *Production and Reproduction: A Comparative Study of the Domestic Domain*. Cambridge, Cambridge University.
- HEREDIA, B. & GARCIA, A. 1971. Trabalho familiar e campesinato. *Am. Lat.*, 14 (1/2).
- HEREDIA, B. 1979. *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HIDRELÉTRICA DE ITAPARICA: impactos e mudança social no meio rural. 1988. Relatório final de avaliação do reassentamento da população rural de Itaparica. Recife, FUNDAJ/CHESF.
- SCOTT, R.P. 1994a. Os Beneficiados de um Programa em Itaparica. *Política Hoje: Revista Semestral do Mestrado em Ciência Política da UFPE*. Recife, p. 127-150.
- SCOTT, R.P. 1994b. Riscos aos Reassentados no Ambiente Construído pela Barragem de Itaparica: Investindo no Ambiente e Transformando o Campesinato. *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 9. Anais. Belo Horizonte, ABEP, 2:385-398.
- SCOTT, R.P. 1995. O Cálculo da força-de-trabalho familiar camponesa e o descompasso entre o tempo institucional e o tempo familiar. In: MAGALHÃES, S.; CASTRO, E. & BRITTO, R. (orgs.). *Energia na Amazônia*. Belém, Museu Goeldi/UFPA/UNAMAZ.
- SHANIN, T. 1976. A definição do camponês: conceituações e desconceituações. São Paulo, CEBRAP (Estudos CEBRAP, 26).
- SILVA FILHO, J.C. 1992. *A Besta Fera e as águas de baixo: um estudo de representações*. Recife, UFPE. Tese de mestrado.
- SUÁREZ, M. & LIBARDONI, M. 1992. *Desenvolvimento Agrícola no Brasil: Uma Perspectiva de Gênero*. Brasília, IICA.
- TEIXEIRA, Z.A. (coord.); CARVALHO, H.M. & SUÁREZ, M. 1994. *Perspectiva de gênero na produção rural*. Brasília, IPEA.
- WILK, R. & NETTING, R. MCC. 1984. Households: Changing forms and functions. In: WILK, R. NETTING, R. McC. & ARNOULD, E. (eds.). *Households: Comparative and historical studies of the domestic group*. Berkeley, Univ. of California.
- WOORTMANN, E. 1985. Parentesco e reprodução camponesa. *Ciênc. Soc. Hoje*, p. 192-219.
- WOORTMANN, K. 1984. A Família Trabalhadora. *Ciênc. Soc. Hoje*. Rio de Janeiro.
- WOORTMANN, K. 1990. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. *Anu. Antropol.* Brasília, 87.
- WORLD BANK. 1994. *Resettlement and Development: The Bankwide Review of Projects Involving Involuntary Resettlement 1986-1983*. Washington, Environmental Department.